

A vertical decorative bar on the left side of the page, consisting of a grey gradient bar and a white bar with a vertical line. Several dark blue circles of varying sizes are arranged vertically along the white bar, with the largest circle at the top.

# COLEÇÃO BRASIL CRESCE SEGURO

Proposta de Programa de Redução de Risco  
de Desastres nas Escolas

Volume 4 – Guia Conceitual em Redução de  
Risco de Desastres

## APRESENTAÇÃO

A proposta do programa Brasil Cresce Seguro nasceu de estudos e discussões realizadas por um Grupo de Trabalho formado por especialistas nas áreas de educação, infância, e redução de riscos de desastres. Financiado pelo Ministério da Integração Nacional, o resultado deste trabalho é agora apresentado como sugestão para que Estados, Municípios e Escolas de todo o país desenvolvam atividades lúdicas e pedagógicas com o objetivo de inserir o tema da redução de riscos de desastres no cotidiano de seus alunos e comunidades, e assim contribuir para a construção da resiliência.

A coleção de documentos, da qual este volume faz parte, tem proposta de orientação e não deve ser tomada como programa institucionalizado, uma vez que sua execução é livre a qualquer interessado. Aconselha-se inclusive, que quando da aplicação dos instrumentos e estratégias aqui sugeridos sejam realizadas adaptações à realidade local, e consideradas as particularidades do contexto a que se aplica.

Não obstante, a equipe de trabalho do CEPED UFSC fica à disposição para troca de informações, compartilhamento de experiências e quaisquer manifestações que possam contribuir para futuras revisões e melhorias deste trabalho.

## Índice

1.	RRD, meio ambiente e desenvolvimento sustentável .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
1.1.	Meio ambiente .....	2
1.2.	Desenvolvimento sustentável .....	3
1.3.	Redução de Riscos de Desastres .....	4
1.4.	Reflexões finais .....	5
2.	Principais conceitos e sua aplicação no dia a dia escolar .....	6
3.	História da Defesa Civil .....	8
4.	Legislação e currículo escolar .....	9
4.1.	Educação Ambiental .....	9
4.2.	Direitos das Crianças e Adolescentes .....	10
4.3.	Proteção e Defesa Civil .....	10
5.	Os Dez Passos da Campanha Global e a Cinco Prioridades de Ação do HFA .....	11
5.1.	Dez Passos Essenciais da Campanha Global Construindo Cidades Resilientes .....	11
5.2.	Quadro de Ação de Hyogo (HFA) e as 5 prioridades .....	13
6.	As Escolas e as Campanhas da UNISDR .....	14
7.	Leituras recomendadas .....	17
7.1.	Para fazer download .....	17
7.2.	Para navegar na internet .....	17

# Seja bem vindo ao Programa Brasil Cresce Seguro!

Este guia pretende apresentar a você, Professor e Educador, os principais conceitos de Redução de Riscos de Desastres (a que chamaremos de RRD daqui por diante); os conceitos de desenvolvimento sustentável que os embasam; e a prática desses conceitos no dia a dia escolar.

Sabemos que em todo o mundo as crianças são vítimas dos desastres naturais e neste momento, em geral, os aparelhos de proteção se encontram fragilizados. A fim de proteger as crianças é necessário promover sua participação como forma de ampliar a autoproteção infanto-juvenil.

A promoção da participação das crianças implica no seu envolvimento, na identificação dos riscos e nas alternativas para reduzi-los. É preciso considerar que as crianças e adolescentes têm o direito de participar de todas as decisões que os afetam, além de serem naturalmente agentes disseminadores de conhecimento e mudança cultural.

Conhecer um pouco mais sobre esses fatores o ajudará em sala de aula e demais espaços escolares. **Boa leitura!**

## 1. RRD, meio ambiente e desenvolvimento sustentável

O primeiro conceito que você, como professor e educador, deve considerar e repassar aos seus alunos é o seguinte:

**A Redução de Riscos de Desastres está diretamente vinculada às práticas de respeito ao ambiente e desenvolvimento sustentável.**

Para isso precisamos compreender historicamente nossa forma de ocupar o mundo, nossos processos socialização e de educação. Vamos começar conceituando as questões ambientais, passaremos pelo desenvolvimento sustentável para então chegar na Redução de Riscos de Desastres.

### PARA REFLETIR

*Releia o conceito apresentado.*

*Tende refletir sobre como o ser humano foi inserido na definição.*

*Perceba que ‘a vida em todas as suas formas’ nos inclui no ambiente e não nos separa dele!*

*Esse é o conceito fundamental para permitir que adotemos uma postura de corresponsabilidade!*

### 1.1. Meio ambiente

A Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938/81<sup>1</sup>) define o termo como “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”.

Muitos impactos ambientais ocorreram ao longo da história da humanidade, ampliados significativamente a partir da Revolução Industrial, resultado da percepção da

<sup>1</sup> Acesse a íntegra do documento no link: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm).

natureza como fonte inesgotável de matéria prima e energia. A poluição das águas, a derrubada das florestas, o aquecimento global, e o esgotamento dos solos atingiram proporções muitas vezes irreversíveis, se não forem tomadas medidas urgentes e eficazes.

Para que a criança desenvolva uma visão crítica do mundo, e possa refletir sobre o que é o ambiente, e sobre como se dão as relações entre todos seus elementos é preciso dotá-la de informação e convivência com o tema.

O site da revista **Nova Escola** pode ser uma boa fonte de informação e ideias para que educadores ampliem suas possibilidades de trabalhar esse tema na escola. Em uma seção intitulada Meio ambiente e sustentabilidade<sup>2</sup>, são apresentados alguns temas chave que podem ser abordados nos espaços escolares:

- Água
- Energia
- Cidades
- Resíduos
- Ecologia
- Biodiversidade
- Alterações climáticas e vegetação
- Educação ambiental e sustentabilidade

E por falar em sustentabilidade, vamos ao nosso próximo tópico!

## **1.2. Desenvolvimento sustentável**

Acabamos de ver alguns aspectos do ambiente que nos permitem compreender como fomos alterando, com o passar do tempo, as nossas paisagens. Nossa maneira de gerar energia e usufruir da água, a forma como construímos nossas cidades, geramos resíduos e alteramos a biodiversidade, tudo, tem um impacto direto no ambiente.

Ao coletivizarmos a ação de cada indivíduo percebemos a força que temos em alterar o ambiente na busca pelo desenvolvimento. Algumas mudanças são positivas, indiscutivelmente. Outras, entretanto, provocam efeitos indesejados, entre eles os desastres.

Mas não se trata – como vez ou outra ouvimos por aí – de uma vingança da natureza.

### **Jamais permita que as crianças acreditem nisso!**

Trata-se apenas do ambiente buscando seu equilíbrio. Morros desabam quando o solo está saturado e busca seu equilíbrio. Rios enchem quando a drenagem é insuficiente. Seres humanos falam sobre desenvolvimento sustentável, sua forma de igualmente, buscar o equilíbrio.

O desenvolvimento sustentável é, pois, a capacidade de satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras. Há aqui uma boa dica para trabalhar o conceito com seus alunos, associando a dois outros, que por vezes geram alguma confusão.

---

<sup>2</sup> Acesse o conteúdo completo em: <http://revistaescola.abril.com.br/meio-ambiente/>

Trata-se de trabalhar a diferença entre **conservação** e **preservação**<sup>3</sup> ambiental.

Conservação relaciona-se ao manejo dos recursos naturais (uso com limites), à garantia da subsistência, às estratégias que evitam a degradação dos ecossistemas.

Preservação, por sua vez, refere-se à manutenção do estado original da natureza, sem a interferência humana.

Para o desenvolvimento sustentável são necessárias as duas abordagens, em equilíbrio. Está claro, que não é possível preservar todo o nosso planeta e ainda permitir o desenvolvimento humano. Tampouco seria possível desconsiderar a necessidade de preservá-lo em determinadas áreas, e conservá-lo em outras.

Discuta esse assunto com seus alunos. Incite a discussão, concordâncias e discordâncias sobre o tema. Alguns serão mais radicais, outros mais comedidos. Não há certo, não há errado. É preciso construir um conhecimento comum, em busca do equilíbrio e do bem estar de todos!

Valorize as ideias de reutilização e reciclagem, valorizando o saber das comunidades tradicionais, trabalhando a democracia participativa, a coletividade e engrandecendo o saber e a cultura popular. Desta forma amplia-se o leque de oportunidades, de pluralidade e possibilita-se um novo modelo de sociedade. Uma sociedade equitativa e sustentável.

#### **CONTE A HISTÓRIA AOS SEUS ALUNOS**

*O termo desenvolvimento sustentável surgiu em 1983 na Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pelas Nações Unidas, propondo a harmonização entre as questões ambientais e o desenvolvimento econômico. Mais tarde, em 1987, foi publicado o Relatório Brundtland, que apresentava um diagnóstico dos problemas ambientais globais, e recebeu esse nome em função da presidente da comissão. A expressão ganhou visibilidade durante a Rio 92, evento que teve a Agenda 21 como um dos resultados e instrumentos de desenvolvimento sustentável.*

### **1.3. Redução de Riscos de Desastres**

Sabemos que o Brasil tem sido palco de sucessivos desastres, atingindo diversos atores sociais direta ou indiretamente.

Mas o que é um **desastre**?

*Saiba mais sobre cada um dos conceitos em negrito no item 2 deste guia!*

Entre infinitas definições, podemos dizer que o desastre é um desequilíbrio causado entre a ação humana e um evento natural. A Redução de Riscos de Desastres é, portanto, um esforço em diminuir esse desequilíbrio e assim evitar que desastres aconteçam, ou minimizar os seus efeitos.

Assim como no caso do desastre, também existem diversos conceitos formais para RRD. Com algumas variações entre autores e instituições, um deles apresenta a RRD como:

<sup>3</sup> Cunha & Coelho (2008:63)

A possibilidade de minimizar **vulnerabilidades** e riscos de desastres, para evitar (**prevenir**) ou limitar (**mitigar e preparar**) os impactos adversos dos riscos, dentro do amplo contexto do desenvolvimento sustentável.

O Glossário da Estratégia Internacional para Redução de Riscos de Desastres da ONU (UNISDR), por sua vez, define RRD como:

Conceito e prática de redução dos riscos de desastres mediante esforços sistemáticos dirigidos à análise e à gestão dos fatores que causam os desastres, incluindo a redução do grau de exposição às **ameaças**; a diminuição da **vulnerabilidade** da população e da propriedade; a gestão sensata dos solos e do meio ambiente; e a melhoria dos processos de preparação diante dos eventos adversos<sup>4</sup>.

Um conceito sozinho, entretanto, pouco significa. É preciso compreender suas partes, discuti-lo, esmiuçá-lo.

Percebemos, por exemplo, a necessidade dos esforços conjuntos. Significa que precisamos compreender que todos temos papel na RRD, gestores públicos, escolas, cidadãos, todos! Percebemos também a importância da análise e gestão dos fatores que causam os desastres, o que significa compreender os aspectos que já tratamos nos itens acima, de ocupação e formação das cidades.

Por que uma inundação acontece? Por que acontece hoje e antes não acontecia? O que mudou na cidade e no bairro ao longo da história? O que podemos fazer para que as inundações diminuam? São questões como essas que podem ser discutidas com seus alunos, em saídas de campo, em aulas de história, ciências e geografia, por exemplo!

Por fim a definição da UNISDR apresenta quatro ações diretas de RRD, são elas:

- Redução do grau de exposição às ameaças
- Diminuição da vulnerabilidade da população e da propriedade
- Gestão sensata dos solos e do meio ambiente
- Melhoria dos processos de preparação diante dos eventos adversos

#### 1.4. Reflexões finais

Como podemos perceber as ações de RRD estão diretamente ligadas ao conhecimento que temos do meio ambiente e ao uso que fazemos dos recursos para a manutenção da nossa vida. Sugere uma utilização de recursos de forma consciente.

Algumas perguntas podem ajudar a vivenciar os princípios da RRD como: Que mundo temos? Que mundo queremos? Que medidas estamos dispostos a trazer para o nosso cotidiano? Que tipo de ações podemos realizar?

É preciso considerar que a cultura de prevenção se efetiva localmente, mas traz benefícios e resultados globais. Compreender isto e disseminar esses conceitos faz com que nossa ação seja valorizada, incorporada e reconhecida todos.

---

<sup>4</sup> Conheça o Glossário completo pelo link: [http://www.unisdr.org/files/7817\\_UNISDRTerminologySpanish.pdf](http://www.unisdr.org/files/7817_UNISDRTerminologySpanish.pdf)

O objetivo é gerar um sentimento de pertencimento e cuidado ao local onde habitamos, multiplicando ações para toda a comunidade, e ampliando a consciência da nossa capacidade de agir organizadamente, de transformar realidades, de possibilitar novas esperanças.

## 2. Principais conceitos e sua aplicação no dia a dia escolar

Para atuar na Redução de Risco de Desastres é necessário que nos apropriemos de alguns conceitos. Para tanto adotaremos aqui conceitos chaves que nos ajudarão a compreender em que contexto o desastre se instala e o que podemos fazer, dentro da Escola, para minimizar riscos.

O Glossário da UNISDR, de onde retiramos o conceito de RRD, trabalha com 27 definições. Entretanto, não é o nosso objetivo que professores e alunos saibam cada um desses conceitos na ponta da língua. O que queremos propor é a reflexão sobre causas e consequências a partir da observação de contextos locais.

É preciso que as crianças aprendam a olhar o mundo, as ruas, as cidades, as escolas, as árvores, as águas e rios, as pontes, as estradas, as ocupações urbanas e rurais, etc., e a partir dessas observações tenham a capacidade de perceber e minimizar riscos.

Vamos começar compreendendo a figura seguintes



Figura 1. Adaptação do modelo de Monge, Chassagneux e Mouroux.<sup>5</sup>

O que temos na figura é a informação de que o risco de desastre forma-se a partir das ameaças e vulnerabilidades. E quanto maior forem ameaças e vulnerabilidades, maior será o risco de desastre.

**Ameaça**, por definição, caracteriza-se por *um fenômeno, substância, atividade humana ou condição perigosa que podem ocasionar morte, lesões ou outros impactos à saúde, bem como danos à propriedade, perda dos meios de subsistência, transtornos sociais e econômicos, ou danos ambientais*<sup>6</sup>. Em outras palavras, quando estamos falando de desastres, as ameaças referem-se à ocorrência de eventos adversos, em sua maioria, relacionados ao excesso ou escassez de chuva.

O conceito de **vulnerabilidade**, por sua vez, defini-se pelas *características e circunstâncias de uma comunidade, sistema ou bem que se tornam suscetíveis aos efeitos danosos de uma*

<sup>5</sup> MONGE, CHASSAGNEUX E MOURoux. **Methodology for liquefaction hazard studies**: new tool and recent applications. (1998). Acesso em 01.11.12. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S026772619800013X>

<sup>6</sup> Glossário UNISDR (2009:5)

*ameaça*<sup>7</sup>. A vulnerabilidade é, então, a condição propícia da localidade para, sob o efeito de uma ameaça, ocorrer o desastre. As vulnerabilidades podem ser econômicas, ambientais, sociais, habitacionais e culturais. Quanto mais vulnerável estiver um cenário, maior será o desastre e mais difícil será a recuperação das áreas afetadas.

Nesta perspectiva, reduzir ameaças e vulnerabilidades é, conseqüentemente, reduzir riscos. O **risco** é, pois, *a combinação da probabilidade de que ocorra um evento com suas conseqüências negativas*<sup>8</sup>. Finalmente o **desastre** define-se por uma *séria interrupção no funcionamento de uma comunidade ou sociedade, que ocasiona uma grande quantidade de mortes, bem como danos e impactos materiais, econômicos e ambientais que excedem a capacidade da comunidade ou da sociedade afetada em responder à situação a partir de seus próprios recursos*<sup>9</sup>.

Já tendo compreendido os primeiros quatro conceitos mais importantes relacionados ao tema (ameaça, vulnerabilidade, risco e desastre), precisamos compreender como lidar com esse contexto. Para isso existe a **gestão de risco**, que é o *enfoque e a prática sistemática de gerenciar as incertezas para minimizar os danos e as perdas potenciais*<sup>10</sup>.

Esse gerenciamento pode ocorrer a partir de cinco perspectivas ou fases. Vejamos cada uma:

- Prevenção
- Mitigação
- Preparação
- Resposta
- Reconstrução

Agora que vocês, professores e educadores, já conhecem com mais detalhes os conceitos que conversam com a Redução de Risco de Desastres, vamos pensar como aplicar esse conhecimento em seu dia a dia escolar, lembrando que o Guia Prático (Volume 3) é parte integrante da Coleção Brasil Cresce Seguro e aprofunda-se nesse tema!

Como já dissemos anteriormente precisamos incentivar nossas crianças a observar o mundo. Olhar para os lados, para trás e para frente.

Para os lados com um olhar treinado para identificar ameaças, vulnerabilidades e riscos: globalmente, o mundo como um todo; e localmente, o mundo que as cerca. Para trás, precisamos treiná-las a conhecer sua história, transformar em memória os desastres que já ocorreram. Para por fim, olha para frente. Pensar o que pode ser diferente, pela ação individual e coletiva.

As atividades temáticas terão, portanto, frequentemente esse pano de fundo. Pode-se trabalhar com os alunos os últimos eventos que aconteceram, no bairro ou no município. Perceber junto com eles as causas e conseqüências dessas ocorrências.

Pode-se também identificar as ocorrências mais frequentes no bairro em que moram, ou onde a Escola está localizada: deslizamento, granizo, seca, inundações, ou outro que seja recorrente. Refletir, por exemplo, sobre as vulnerabilidades sociais, econômicas, habitacionais.

---

<sup>7</sup> Glossário UNISDR (2009:34-35)

<sup>8</sup> Glossário UNISDR (2009:29)

<sup>9</sup> Glossário UNISDR (2009:13-14)

<sup>10</sup> Glossário UNISDR (2009:18)

Essas atividades podem ser feitas pela escrita ou por meio de desenhos, recortes de revistas, colagem em cartolinas, etc.. É possível criar murais, escolhendo espaços estratégicos na Escola.

Reflexões sobre construções **resilientes** ou inadequadas, depósitos de lixo, despejo das águas servidas nas encostas dos morros, tudo contribui para uma percepção de riscos ampliada. Com uma linguagem lúdica, composição de maquetes pelas crianças e inserção dos eventos adversos nas maquetes, por exemplo, aos poucos as crianças vão concretizando os conceitos, e transformando em ação, em comportamento, a Redução de Riscos de Desastres.

*Um último conceito!*

***RESILIÊNCIA** é também um termo muito utilizado quando falamos em desastres e define-se pela capacidade de um sistema, comunidade ou sociedade expostos a uma ameaça em resistir, absorver, adaptar-se e recuperar-se de seus efeitos de maneira oportuna e eficaz, o que inclui a preservação e a restauração de suas estruturas e funções básicas. Glossário UNISDR (2009: 28).*

### 3. História da Defesa Civil

No Brasil e no mundo, o surgimento da Defesa Civil, de suas estruturas e estratégias de proteção e segurança estão vinculados à Segunda Guerra Mundial. Na época, o confronto ultrapassou os limites militares, fazendo com que os ataques ocorressem diretamente aos civis, destruindo cidades inteiras e levando à morte mais de 45 milhões de cidadãos.

Era tempo de direcionar esforços às vítimas, quase 30 milhões de mutilados e incontáveis milhões de traumatizados por torturas e cenas de guerra. A História conta que foi na Inglaterra, nos primeiros anos da década de 1940, que surgiu a Defesa Civil como frente aos ataques por bombas que afetavam cidades e indústrias.

Também nessa época, o Brasil criou mecanismos de enfrentamento aos danos humanos e econômicos provocados por guerras, nominando assim Defesa Civil. Anteriormente, entretanto, legislações de 1824, 1891, 1934 e 1937 já tratavam de questões como socorro público, calamidade pública, efeitos da seca, desastres e perigos iminentes.

Assim, entre 1942 e 1960 foram ao menos dez diferentes atos legais federais tratando do tema, até que em 1966, diante de uma grande enchente, o então Estado da Guanabara criou a primeira legislação estadual dando conta de ações de resposta a catástrofes naturais. E então por mais 22 anos, até 1988, o Brasil teve sua Defesa Civil focada para ações de resposta a desastres.

No dia 19 de dezembro de 1966, o Estado da Guanabara tornou-se o primeiro no Brasil a ter uma Defesa Civil Estadual organizada.

A proposta de pensar a Defesa Civil também como instituição estratégica para redução de riscos de desastres veio com a organização do Sistema Nacional de Defesa Civil, por meio do Decreto nº 97.274, de 16.12.1988.

Hoje temos Antônio Luiz Coimbra de Castro reconhecido como o grande idealizador da Defesa Civil no Brasil. Autor de grande parte dos materiais de referência utilizados no Brasil, Castro liderou a construção da Política Nacional de Defesa Civil na estrutura dos quatro pilares: prevenção, preparação, resposta e reconstrução; a organização do Manual de Planejamento em Defesa Civil, e a definição do CODAR – Codificação de Desastres, Ameaças e Riscos.

Em continuidade ao trabalho de Castro, e diante da recorrência de desastres de grande porte, que atingiram populações em todo o território nacional nos últimos anos, as discussões para o fortalecimento do Sistema Nacional de Defesa Civil e modernização da Política Nacional de Defesa Civil tem se ampliado nos diversos espaços sociais.

Há a dedicação de institutos de pesquisas, universidades e demais instituições ligadas à área, na avaliação do cenário internacional e verificação de tendências aplicáveis à realidade brasileira, tendo como principal referência os trabalhos da Estratégia Internacional para Redução de Desastres da Organização das Nações Unidas (UNISDR, na sigla em inglês).

Há o envolvimento de órgãos do Executivo, como a organização da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia para 2011 com o tema: “Mudanças climáticas, desastres naturais e prevenção de riscos”, realizada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCT); e o investimento para modernização e reestruturação do CENAD – Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres; e do CEMADEN - Centro de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais.

Houve, igualmente, o movimento nos espaços legislativos com formação de comissões na Câmara dos Deputados e no Senado, além da formação de Grupos de Trabalho liderados pela Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC), logo após o grande desastre de janeiro de 2011.

Por fim, o mais recente ato legal em Defesa Civil no Brasil, a Lei 12.608 de 10 de abril de 2012 que altera substancialmente as responsabilidades dos órgãos executivo de todos os níveis, e altera legislações importantes como do parcelamento e uso do solo e da educação. Acompanha a Lei 12.608, a instrução normativa de 24 de agosto de 2012 que estabelece procedimentos e critérios para a decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública pelos Municípios, Estados e pelo Distrito Federal, e para o reconhecimento federal das situações de anormalidade decretadas pelos entes federativos.

## 4. Legislação e currículo escolar

Alguns princípios legais estruturam a proposta do programa Brasil Cresce Seguro, e é importante que vocês, professores e educadores, conheçam as variadas abordagens brasileiras e internacionais sobre a temática, incluindo aspectos da educação ambiental, dos direitos das crianças e adolescentes, e outras áreas correlatas.

### 4.1. Educação Ambiental

A resolução CNE/CP 2/2012 (Diário Oficial da União, Brasília, 18 de junho de 2012) estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, e inclui a temática da redução de riscos de desastres ao registrar a seguinte consideração:

**“O reconhecimento do papel transformador e emancipatório da Educação Ambiental torna-se cada vez mais visível diante do atual contexto nacional e mundial em que a preocupação com as mudanças climáticas, a degradação da natureza, a redução da biodiversidade, os riscos socioambientais locais e globais, as necessidades planetárias evidencia-se na prática social”**

O documento registra também o dever das instituições de ensino de promover:

“trabalho de comissões, grupos ou outras formas de atuação coletiva favoráveis à promoção de educação entre pares, para participação no planejamento, execução, avaliação e gestão de projetos de intervenção e ações de sustentabilidade socioambiental na instituição educacional e na comunidade, com foco na prevenção de riscos, na proteção e preservação do meio ambiente e da saúde humana e na construção de sociedades sustentáveis”.

E de contribuir para:

“o estabelecimento das relações entre as mudanças do clima e o atual modelo de produção, consumo, organização social, visando à prevenção de desastres ambientais e à proteção das comunidades”.

## 4.2. Direitos das Crianças e Adolescentes

O artigo 227 da Constituição Federal registra:

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

Referência no tema está a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o **Estatuto da Criança e do Adolescente**, conhecido como ECA, afirma em seu capítulo IV que a criança tem direito a educação, cultura, esporte e lazer. A educação a fim de garantir seu desenvolvimento pleno como pessoa e como base para o exercício da cidadania.

Além disso, foi recentemente assinada a Portaria Interministerial nº1, de 11.07.2012 que institui o **Protocolo Nacional para Proteção Integral de Crianças e Adolescentes em Situação de Riscos e Desastres** e seu Comitê Gestor Nacional.

Reforça a questão, a Convenção Internacional dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, segundo a qual as crianças têm o direito de se expressarem, de serem ouvidas, e de colaborarem na construção do conhecimento, sendo consideradas em sua cidadania e integração social.

*Sobre este protocolo o programa BRASIL CRESCE SEGURO fez uma publicação específica, que apresenta aos professores, às escolas, e a outras instituições e entidades uma lista de atividades práticas para atendimento às diretrizes do documento. Não deixe de acessar o Guia no portal do programa ([inserir link](#))!*

## 4.3. Proteção e Defesa Civil

A Secretaria Nacional de Defesa Civil organizou em 2010, a 1ª Conferência Nacional de Defesa Civil e Assistência Humanitária com o tema "Por uma Ação Integral e Contínua". Do processo participativo resultaram 104 diretrizes publicadas no Caderno de Diretrizes Aprovadas, entre as quais quatro referem-se ao tema denominado de "Defesa Civil na Escola", quais sejam:

- Realização de atividades educativas e preventivas com iniciativa dos órgãos do sistema nacional de defesa civil em interação com escolas a fim de conscientizar e sensibilizar a

população sobre riscos a que estão expostas e como proceder em situações de emergência.

- Implementar a cultura de prevenção e percepção de riscos, incluindo-se na grade curricular de acordo com a legislação educacional vigente, o tema “defesa civil” como eixo transversal multidisciplinar, com ênfase na prevenção, capacitando todos os agentes envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.
- Estimular a formação de agentes mirins nas escolas e comunidades, implementar atividades de defesa civil voltados a crianças, adolescentes e jovens, e fomentar projetos de cunho científico e tecnológico sobre defesa civil nas instituições de ensino superior.
- Estabelecimento de regulamentação no Estatuto da Cidade com o objetivo da destinação das construções que não cumprem com sua função social à habitação ou abrigos temporários para os desabrigados em casos de desastres.

Na mesma publicação, registra-se a Carta Nacional de Defesa Civil, aprovada na plenária final da conferência, como complemento às diretrizes aprovadas, e que afirma a necessidade do estabelecimento de política pública para a inclusão do tema Defesa Civil nas escolas como tema transversal para prevenção dos desastres<sup>11</sup>.

Por fim, o mais recente ato legal em Proteção e Defesa Civil refere-se à **Lei 12.608, de 10 de abril de 2012**, que especialmente em seu artigo 29 determina que o art. 26 da Lei no 9.394, de 20.12.96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, passa a vigorar acrescido do seguinte § 7º: Os currículos do ensino fundamental e médio devem incluir os princípios da proteção e defesa civil e a educação ambiental de forma integrada aos conteúdos obrigatórios<sup>12</sup>.

O que notamos é a crescente percepção da importância da educação, formal e informal, na formação de cidadãos corresponsáveis e que possuam conhecimento da temática de RRD. No meio desse processo de mudança cultural, está você, professor! Sabemos o quão desafiadora é a sua tarefa, e o cuidado necessário em não sobrecarregar a Escola como maior responsável pela solução dos problemas que afetam nossa sociedade.

A apresentação dos aspectos legais que de alguma maneira dialogam com a construção do currículo escolar em RRD tem o objetivo de dotá-lo de ferramentas e argumentos em busca de melhores condições e oportunidades de trabalho.

## 5. Os Dez Passos da Campanha Global e a Cinco Prioridades de Ação do HFA

Já falamos aqui da Estratégia Internacional para Redução de Riscos de Desastres (UNISDR), organização referência no tema de RRD pelas suas iniciativas de abrangência mundial. Destacamos, então, duas dessas iniciativas.

### 5.1. Dez Passos Essenciais da Campanha Global Construindo Cidades Resilientes

A campanha **Construindo Cidades Resilientes: Minha Cidade está se Preparando, 2010-2015**, foi adotada pela Secretaria Nacional de Defesa Civil em 2011, e tem o objetivo de

<sup>11</sup> Ministério da Integração Nacional. Caderno de Diretrizes Aprovadas (2010:31)

<sup>12</sup> Acesse a íntegra da Lei 12.608/12 em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12608.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12608.htm)

colaborar para a construção de cidades mais seguras por meio da sensibilização de prefeitos e gestores públicos locais.

Parte do material de orientação produzido pela campanha apresenta dez passos para construção da resiliência das cidades, abaixo copiados:

*1. Estabeleça mecanismos de organização e coordenação de ações com base na participação de comunidades e sociedade civil organizada, por meio, por exemplo, do estabelecimento de alianças locais. Incentive que os diversos segmentos sociais compreendam seu papel na construção de cidades mais seguras com vistas à redução de riscos e preparação para situações de desastres.*

*2. Elabore documentos de orientação para redução do risco de desastres e ofereça incentivos aos moradores de áreas de risco: famílias de baixa renda, comunidades, comércio e setor público, para que invistam na redução dos riscos que enfrentam.*

*3. Mantenha informação atualizada sobre as ameaças e vulnerabilidades de sua cidade; conduza avaliações de risco e as utilize como base para os planos e processos decisórios relativos ao desenvolvimento urbano. Garanta que os cidadãos de sua cidade tenham acesso à informação e aos planos para resiliência, criando espaço para discutir sobre os mesmos.*

*4. Invista e mantenha uma infraestrutura para redução de risco, com enfoque estrutural, como por exemplo, obras de drenagens para evitar inundações; e, conforme necessário invista em ações de adaptação às mudanças climáticas.*

*5. Avalie a segurança de todas as escolas e postos de saúde de sua cidade, e modernize-os se necessário.*

*6. Aplique e faça cumprir regulamentos sobre construção e princípios para planejamento do uso e ocupação do solo. Identifique áreas seguras para os cidadãos de baixa renda e, quando possível, modernize os assentamentos informais.*

*7. Invista na criação de programas educativos e de capacitação sobre a redução de riscos de desastres, tanto nas escolas como nas comunidades locais.*

*8. Proteja os ecossistemas e as zonas naturais para atenuar alagamentos, inundações, e outras ameaças às quais sua cidade seja vulnerável. Adapte-se às mudanças climáticas recorrendo a boas práticas de redução de risco.*

*9. Instale sistemas de alerta e desenvolva capacitações para gestão de emergências em sua cidade, realizando, com regularidade, simulados para preparação do público em geral, nos quais participem todos os habitantes.*

*10. Depois de qualquer desastre, vele para que as necessidades dos sobreviventes sejam atendidas e se concentrem nos esforços de reconstrução. Garanta o apoio necessário à população afetada e suas organizações comunitárias, incluindo a reconstrução de suas residências e seus meios de sustento.*

Podemos perceber que de cada passo há o desejo da construção de comunidade mais segura, mais resiliente e com uma forte cultura de redução de risco. Que esta cultura deve dar-se de um processo participativo entre professores, alunos, escola e comunidade. Pensar os sujeitos envolvidos na sua potencialidade antes, durante e após o desastre faz a diferença na reconstrução e na minimização dos danos sofridos.

## 5.2. Quadro de Ação de Hyogo (HFA) e as 5 prioridades

**1. Construção da capacidade institucional:** Garantir que a redução de riscos de desastres seja uma prioridade nacional e local com forte base institucional para sua implantação.

Indicações ao professor: Conversar com os alunos sobre as formas de ocupação de solo ordenadas e desordenadas, sobre órgãos competentes na vistoria, e sobre planejamento urbano. Sugerir que tragam os números de emergência das diversas áreas de seu município (como o telefone da Defesa Civil, Corpo de Bombeiros entre tantos outros) para que seja publicizado na escola. Pode-se pedir que os alunos mapeiem, com seus pais, espaços de debates das políticas públicas. Os professores podem agendar visitas para conhecer estes espaços de controle social.

**2. Conhecer os próprios riscos:** Identificar, avaliar e monitorar os riscos de desastres e melhorar os alertas e alarmes.

Indicações ao professor: Como vimos anteriormente a escola não está e não trabalha sozinha; atua por meio de parcerias, seja com empresas, governos ou outros. Estas tanto podem auxiliar com conhecimento, quanto subsidiar recursos de ordem financeira. A comunidade pode ser parceira na instalação de sistemas de alerta e alarme, e sensibilizada, pode contribuir com a segurança das crianças em períodos de anormalidade.

**3. Construir conhecimento e sensibilização:** Utilizar conhecimento, inovação e educação para construir uma cultura de segurança e resiliência em todos os níveis.

Indicações ao professor: É importante divulgar as áreas de risco e convencer outros atores a participarem deste processo, ou dar-lhe a chance de proteção caso o risco se concretize. Esta medida poderá ser concretizada pela produção de materiais como camisetas, bonés, folders, sacolas recicláveis, etc. Também poderá ser feito trabalho e colocados em murais de posto de saúde, escola, hospitais entre outros mostrando a gravidade dos riscos.

**4. Reduzir riscos:** Reduzir os fatores subjacentes ao risco por meio do planejamento do uso e ocupação do solo, e de medidas ambientais, sociais, e econômicas.

Indicações ao professor: A escola, interna ou externamente, tem um papel fundamental na redução de riscos, que se inicia pela observação da realidade social, econômica e natural, tanto da perspectiva histórica, como atual. Da observação inicial, passa-se à reflexão de causas e consequências, até chegar a práticas efetivas de redução de riscos.

**5. Estar preparado e pronto para agir:** Fortalecer a preparação para desastres para uma resposta efetiva em todos os níveis.

Indicações ao professor: Compartilhar o sucesso das lições apreendidas e alcançadas em eventos anteriores é uma maneira de preparar-se para futuras ocorrências. Esta partilha poderá se dar por

meio de seminários, palestras para pais e alunos, e todas as demais atividades constantes de nosso cardápio, no Guia de Atividades disponível no site do Programa Brasil Cresce Seguro.

## 6. As Escolas e as Campanhas da UNISDR

Em janeiro de 2005, 168 governos reunidos em Kobe, Hyogo (Japão), por ocasião da Conferência Mundial sobre Redução de Desastres, aprovaram um plano de dez anos para tornar o mundo mais seguro desastres naturais. O "Quadro de Ação de Hyogo 2005-2015: Nações e comunidades às catástrofes" define linhas de ação e prioridades, além de identificar formas práticas de reduzir significativamente, a ocorrência de desastres até 2015.

Desde então a UNISDR começou a organizar campanhas mundiais para incentivar que as nações colocassem em prática o Quadro de Ação de Hyogo. A campanha organizada para biênio 2006-2007, com o "Redução de Risco de Desastre começa na escola", teve como objetivos:

- Promover a integração da educação sobre risco e desastre.
- Incentivar a construção e modernização dos edifícios escolares para que possam resistir as ameaças naturais.

Na ocasião o Defesa Civil Nacional desenvolveu um projeto semelhante a este nas escolas brasileiras, mesmo sem continuidade nos anos seguintes, a campanha foi um sucesso. Vale dizer que parte do material educativo utilizado neste programa foi adaptada da primeira iniciativa.

O tema continua sendo importante de ser abordado nas escolas. As experiências passadas e recentes mostram que, quando uma criança recebe instruções sobre os principais riscos, não só pode se proteger contra os riscos naturais, mas também salvar a vida de membros da família.

No Japão a temática está incluída nos currículos escolares do ensino primário. As crianças sabem exatamente o que fazer quando há um terremoto ou um furacão. No Irã, o governo aprendeu as lições de terremotos passados, e hoje multiplica as iniciativas para melhor treinar os professores e alunos. Educação é a chave para a prevenção bem sucedida, é o que nos permite entender a interação entre o homem e seu ambiente.

Posteriormente ao biênio 2006-2007, a UNISDR lançou a atual campanha Um milhão de escolas e hospitais seguros, para o biênio 2010-2011, e ainda contabiliza continuamente as instituições que oficialmente aderem à campanha, que logo deve chegar à casa de duzentas mil.

Diz a ONU:

"Faça parte da iniciativa de conquistar um milhão de escolas e hospitais seguros. Pessoas em escolas, hospitais e unidades de saúde inseguras são as maiores vítimas de um desastre. Nós podemos ampliar a segurança de escolas, hospitais e unidades de saúde para fazer frente ao crescente risco de desastres decorrentes das mudanças climáticas, ou outros desastres naturais e provocados pelo homem. A iniciativa da campanha de tornar um milhão de escolas e hospitais mais seguros encoraja os cidadãos a adotar uma escola ou hospital e envidar esforços para a conquista dessa meta. Todos devem participar dessa iniciativa. Todos podem contribuir. Seja um protetor, um líder, ou um competidor na construção de escolas e hospitais seguros. Acesse: [www.safe-schools-hospitals.net](http://www.safe-schools-hospitals.net)"

Infelizmente não há site oficial em português, por isso, copiamos abaixo notícias que saíram na imprensa brasileira sobre a campanha.

## Lançada campanha por escolas e hospitais à prova de desastres

Objetivo da campanha "Um milhão de escolas e hospitais seguros" é proteger a saúde e instalações educacionais

COMENTAR



Seja o primeiro de seus amigos a curtir isso.

Tweet 0

tamanho da letra

A-

A+



Hospital Cardinal Leger totalmente destruído após o terremoto no Haiti

A Organização Mundial de Saúde prometeu seu apoio à campanha "Um Milhão de Escolas e Hospitais Seguros", lançada, em Manila. O objetivo da "campanha global é proteger a saúde e instalações educacionais, e os milhões de pessoas que dependem delas para a saúde e aprendizagem, a partir de situações de emergência".

"A campanha é única porque oferece às pessoas de todas as esferas da vida a oportunidade de proteger seus hospitais e escolas, por sua vez, salvar vidas," diz o Dr. Eric Laroche, Diretor-Geral Adjunto para a Saúde da intervenção em crises da OMS. "Os membros do público, governos, profissionais de saúde e funcionários do hospital podem encontrar uma forma de apoiar ativamente a esta iniciativa de fazer um milhão de hospitais e escolas seguros em caso de catástrofes".

### Apoio à campanha

As pessoas podem fazer ajudar, sob três tipos de categorias, incluindo: voluntariado de sensibilização sobre as escolas e os hospitais seguros; liderar ou de apoiar a segurança e atividades de preparação para desastres; ção de tempo e / ou recursos para fazer hospitais e escolas mais seguras através da compra de equipamentos de segurança, manutenção e reparação de instalações e arredores.

A campanha foi lançada durante a abertura da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) no Fórum Hospitais Seguros, em Manila, que foi assistida por governos de todo o Leste Asiático, as agências das Nações Unidas e as organizações não-governamentais.

Disponível em: <http://www.isaude.net/pt-BR/noticia/6463/saude-publica/lancada-campanha-por-escolas-e-hospitais-a-prova-de-desastres>

## Campanha da ONU busca aumentar segurança em hospitais e escolas



*Segundo a Estratégia Internacional de Redução de Desastres da ONU, as crianças nas escolas e os doentes nos hospitais são os mais vulneráveis quando ocorre uma catástrofe/Foto:*

Uma iniciativa global das Nações Unidas pretende proteger as instalações de serviços de saúde e educacionais e torná-las mais resistentes a desastres.

A campanha 'Um Milhão de Escolas e Hospitais Seguros' foi lançada em Manila, nas Filipinas, como parte da Estratégia Internacional de Redução de Desastres da ONU (Isdr, na sigla em inglês) para o período 2010-2011.

Várias agências participam do projeto, incluindo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco) e a Organização Mundial da Saúde (OMS).

Segundo o diretor-geral adjunto da OMS para Ação em Crises, Eric Laroche, a campanha é única porque oferece às pessoas a oportunidade de proteger os locais e também salvar vidas.

Comunidades, instituições, indivíduos comuns e empresas podem participar com trabalho voluntário para aumentar a sensibilização sobre escolas e hospitais seguros, na liderança e apoio de atividades de prevenção de catástrofes e doando tempo ou recursos para tornar as instalações mais seguras.

### **Vulneráveis**

A OMS informa que vai continuar os esforços e ação junto a governos, profissionais de saúde e outros parceiros para a segurança e preparo das estruturas desses locais.

De acordo com a Estratégia Internacional de Redução de Desastres da ONU, as crianças nas escolas e os doentes nos hospitais são os mais vulneráveis quando ocorre uma catástrofe.

- Ouça esta notícia em Podcast -

Disponível em: <http://www.ecodesenvolvimento.org/conexao-onu/campanha-da-onu-busca-aumentar-seguranca-em>

## 7. Leituras recomendadas

Por vezes podemos não nos dar conta, mas há infinitas belas iniciativas pelo Brasil e pelo mundo sobre ações de Redução de Riscos de Desastres em escolas ou com crianças. O que falta, muitas vezes, é o registro dessas atividades.

Indicamos aqui alguns dos registros identificados, nem sempre em português, que podem inspirar seu trabalho de professor e educador nos espaços escolares em que atua. Bom trabalho!

### 7.1. Para fazer download

Children's Action for Disaster Risk Reduction.

[http://www.unisdr.org/files/29304\\_bookunisdrfinishweb.pdf](http://www.unisdr.org/files/29304_bookunisdrfinishweb.pdf)

Children in disasters - Games and guidelines to engage youth in risk reduction -

[http://www.preventionweb.net/files/16726\\_16726childrenindisastersgamesandgui.pdf](http://www.preventionweb.net/files/16726_16726childrenindisastersgamesandgui.pdf)

Gestión del Riesgo en instituciones educativas: Guía para docentes de educación básica regular -

<http://bvpad.indeci.gob.pe/doc/pdf/esp/doc1531/doc1531.pdf>

Guidance Notes on Safer School Construction -

[http://174.129.193.82/mes\\_files/pdf/Guidance%20for%20safer%20school%20construction\\_UNISDR.pdf](http://174.129.193.82/mes_files/pdf/Guidance%20for%20safer%20school%20construction_UNISDR.pdf)

Inundaciones – Preparados para actuar -

<http://www.cridlac.org/digitalizacion/pdf/spa/doc19084/doc19084-contenido.pdf>

La reducción de los desastres empieza en la escuela -

<http://www.unisdr.org/2007/campaign/pdf/WDRC-2006-2007-Spanish-fullversion.pdf>

Percepção de risco - A descoberta de um novo olhar - LIVRO DO PROFESSOR -

[http://www.ceped.ufsc.br/sites/default/files/projetos/Livro\\_do\\_Professor.pdf](http://www.ceped.ufsc.br/sites/default/files/projetos/Livro_do_Professor.pdf)

Simulacros Escolares, Una Guía Para Su Preparación

<http://bvpad.indeci.gob.pe/doc/pdf/esp/doc1529/doc1529-1.pdf>

Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola -

<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao3.pdf>

### 7.2. Para navegar na internet

A Educação Ambiental na Prevenção de Desastres Naturais -

<http://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=1103&class=02>

Defesa Civil Nacional - <http://www.integracao.gov.br/defesacivil/>

Educacion en Emergencias - <http://www.educacionenemergencias.org/?f>

La reducción de desastres empieza en la escuela - <http://www.unisdr.org/2007/campaign/wdrc-2006-2007-sp.htm>

Lei nº 12.487, de 15 de setembro de 2011 - *Institui, no âmbito do Ministério da Educação, o plano especial de recuperação da rede física escolar pública, com a finalidade de prestar assistência financeira para recuperação das redes físicas das escolas públicas estaduais, do Distrito Federal e municipais afetadas por desastres.* [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Lei/L12487.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12487.htm)

Mudando Hábitos e Reduzindo Riscos de Movimentos de Massa e Inundações - [http://webeduc.mec.gov.br/enchentes/inclui\\_arquivos/CARTILHA\\_CPRM\\_RISCOS\\_COMUNIDADE MAIS\\_SEGURA.pdf](http://webeduc.mec.gov.br/enchentes/inclui_arquivos/CARTILHA_CPRM_RISCOS_COMUNIDADE MAIS_SEGURA.pdf)

Portal de Educación y Gestión del Riesgo - <http://educacionygestiondelriesgo.cridlac.org>

Riesgolandia - <http://www.ayudaenaccion.org/riesgolandia>

STOP DISASTERS! (jogo online) - <http://www.stopdisastersgame.org/en/home.html>

## UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

**Reitoria** - Roselane Neckel

**Centro Tecnológico** - Sebastião Roberto Soares

## FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

**Superintendência** - Gilberto Vieira Ângelo

## CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE DESASTRES

**Diretoria Geral** - Antônio Edésio Jungles

**Diretoria Técnica e de Ensino** - Marcos Baptista Lopez Dalmau

**Coordenação Executiva** - Sarah Marcela Chinchilla Cartagena

**Elaboração do Documento** – Simone A. M. de Jesus e Sarah Marcela Chinchilla Cartagena

**Grupo de Trabalho** - Claudio Augusto Vieira (CARE Brasil); Emídio Angelotti (Coordenadoria Estadual de Defesa Civil do Paraná); Francisca Maria Andrade (UNICEF Brasil); Leila Lira Peters (Colégio Aplicação UFSC); Sarah Marcela Chinchilla Cartagena (CEPED UFSC).

**Corpo Técnico** - Mariele de Almeida Hochmüller; Paula Fogliatto Prado; Simone A. M. de Jesus.

**Apoio** - Eliane Alves Barreto, Paulo Roberto dos Santos.

CEPED UFSC

Centro Universitário de Estudos  
e Pesquisas sobre Desastres

[www.ceped.ufsc.br](http://www.ceped.ufsc.br)

[ceped@ceped.ufsc.br](mailto:ceped@ceped.ufsc.br)

[biblioteca@ceped.ufsc.br](mailto:biblioteca@ceped.ufsc.br)

[imprensa@ceped.ufsc.br](mailto:imprensa@ceped.ufsc.br)

(48) 3223-5467

Rua Dom Joaquim, 757

Centro - Florianópolis, SC

88015-310



O trabalho Brasil Cresce Seguro - Proposta de Programa de Redução de Risco de Desastres nas Escolas – Volume 4, Guia Conceitual em Redução de Risco de Desastres foi licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição- NãoComercial-SemDerivados 3.0 Não Adaptada](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/).

Projeto Financiado pelo Ministério da Integração Nacional – Secretaria Nacional de Defesa Civil – Departamento de Minimização de Desastres.

